



Relevância das Leis Orgânicas e Planos Diretores dos Municípios da Região Metropolitana de São Paulo no Planejamento e Desenvolvimento do Turismo Sustentável

Willi Jardim Costa Klink¹
Debora Cordeiro Braga²

Esta pesquisa busca compreender a ênfase que os 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) imprimem a temas ligados ao planejamento e desenvolvimento do turismo sustentável em suas Leis Orgânicas Municipais (LOMs), obrigatórias a todos os municípios brasileiros (Constituição Federal, 1988), e em seus Planos Diretores Municipais (PDMs) instrumento legal obrigatório para municípios com mais de 20 mil habitantes ou que façam parte de regiões metropolitanas ou estejam em áreas de especial interesse turístico (Lei Federal nº 10.257/2001). Considerando que, dificilmente, estes expedientes legais são indicados como fonte de consulta ou material obrigatório de análise em ações de planejamento turístico e desenvolvimento sustentável da atividade, e que é incipiente estudos que relacionam o tratamento dado ao turismo em leis que sustentam políticas públicas e gestão do turismo em no âmbito municipal, o objetivo desta pesquisa é avaliar se as LOMs e os PDMs dos municípios da RMSP são capazes de orientar ações de planejamento e desenvolvimento do turismo sustentável em suas áreas. Para tanto, foi realizada pesquisa exploratória de caráter qualitativo com base no método de análise temática de 78 documentos legais, para entender em quais categorias de agregação o turismo é mencionado e verificar se o enfoque dado à atividade turística é adequado ou suficiente para viabilizar o desenvolvimento sustentável do turismo. As categorias de análise foram definidas a partir da hermenêutica clássica e comparativa e de indicadores de sustentabilidade em três dimensões (social, econômica, ambiental). Para detectar os artigos que tratam de turismo utilizou-se de mecanismos de buscas de *softwares* de texto que mencionam diretamente o termo “turismo” e seus derivados. Os resultados revelam que 13 LOMs não apresentam artigos que tratam de turismo e a análise temática indicou que os artigos das LOMs sobre turismo se relacionam à dimensão econômica, com foco em benefícios para a comunidade anfitriã e o destino, e à dimensão social, buscando ordenar ações ligadas aos setores de esportes, lazer e cultural. As análises do PDMs mostraram que 17 municípios não apresentam artigos com esta situação e que a dimensão social é recorrente em questões sobre preservação do patrimônio cultural, efeitos socioeconômicos são tratados para que a comunidade se beneficie com geração de emprego e renda e a dimensão ambiental aparece em questões de infraestrutura e em normas de planejamento de áreas de interesse.

Palavras-chave: Turismo; Legislação; Gestão municipal; Desenvolvimento sustentável; Planejamento turístico.

¹ Bacharel em Turismo pela Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP). Graduando em Direito pela Centro Universitário Estácio de São Paulo. Pesquisador e palestrante de Direito do Turismo. <http://lattes.cnpq.br/1964381557766271> willi.klink@alumni.usp.br

² Livre-docente em Desenvolvimento do Turismo pela Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP). Doutora em Ciências da Comunicação pela ECA-USP. Docente do Curso de Turismo da ECA-USP e do Programa de Pós-graduação em Turismo da EACH-USP. <http://lattes.cnpq.br/3872989194397830> bragadc@usp.br